

Os impactos do Programa Transcidadania (PMJP/PB) na empregabilidade de travestis e transexuais

Felipe Franklin Anacleto da Costa¹

Resumo:

Este artigo traz um balanço inicial de uma pesquisa de mestrado em andamento cujo objetivo é a análise dos impactos das atividades do Programa Transcidadania da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP/PB) para a empregabilidade de pessoas travestis e transexuais. Empreendem-se algumas reflexões realizadas a partir de pesquisa bibliográfica sobre questões de trabalho e de gênero, debatendo a precarização das relações de trabalho no capitalismo e suas consequências para as pessoas travestis e transexuais, assim como dados obtidos através de entrevista semiestruturada com o coordenador do programa, que proporcionou conhecer histórico, objetivos, atividades desenvolvidas, quadro funcional e realizar uma breve caracterização dos usuários da política pública.

Palavras-chave: Travestis e Transexuais. Identidade de gênero. Trabalho. Programa Transcidadania.

The impacts of the Transcidadania Program (PMJP/PB) on the employability of transvestites and transsexuals

Abstract:

This article brings an initial balance of an ongoing master's research whose objective is the analysis of the impacts of the Transcidadania Program activities of the Municipality of João Pessoa (PMJP / PB) on the employability of transvestite and transsexual people. Some reflections are made based on bibliographic research on work and gender issues, debating the precariousness of labor relations in capitalism and its consequences for transvestite and transsexual people, as well as data obtained through semi-structured interviews with the coordinator of the program, which provided knowledge of the history, objectives, activities developed, functional staff and a brief description of the users of public policy.

Keywords: Transvestites and Transsexuals. Gender Identity. Job. Transcidadania Program.

Introdução

A exclusão de travestis e de mulheres e homens transexuais do mercado de trabalho é um problema social que impacta muito negativamente as suas condições materiais e subjetivas de vida, impossibilitando também o exercício da cidadania para esta população, visto que grande parte dos direitos sociais no Brasil só pode ser acessada a partir da experiência laboral no mercado de trabalho formal. Tal situação se dá a partir do preconceito e da discriminação em relação às suas identidades e expressões de gênero, que correspondem

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). Integra o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT/UFPB) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnografias Urbanas (GUETU/UFPB). E-mail: feanacletorp@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6182-7808>.

aos gêneros que os sujeitos se identificam e demonstram através das maneiras como se comportam, englobando a fala, os gestos, as roupas, etc.

Muitas destas pessoas não possuem apoio dentro de casa, enfrentando também situações de discriminação cotidianas em ambientes como a escola, a rua e as igrejas, que reforçam ainda mais a violência e a exclusão. A violência cotidiana leva à evasão escolar nos ensinos fundamental e médio que corrobora para a triste estatística de que apenas 0,1% do total de alunos das instituições federais de ensino superior são transexuais, por exemplo (GOMES, FAHEINA e KER, 2019). As empresas enquanto instituições sociais também reproduzem a discriminação, eliminando/ignorando estes indivíduos em seus processos seletivos sem considerar suas capacidades e aptidões para funções diversas.

Recentemente, algumas políticas públicas têm sido implementadas visando mitigar os efeitos desta problemática. O Programa Transcidadania da Prefeitura de São Paulo/SP foi o pioneiro no país, realizando ações voltadas à educação, empregabilidade e renda de travestis e mulheres e homens transexuais. Em João Pessoa/PB, o programa surgiu em 2015, inspirado pela experiência paulistana e integrado à Coordenadoria LGBT e da Igualdade Racial da prefeitura municipal.

Este artigo visa apresentar as considerações iniciais de uma pesquisa de mestrado que tem como objeto analisar os impactos do Programa Transcidadania da Prefeitura Municipal de João Pessoa sobre a empregabilidade de travestis e transexuais. A partir de entrevista semiestruturada realizada junto ao gestor do programa, apresentam-se as primeiras informações obtidas a respeito de suas atividades, objetivos e uma breve caracterização da população usuária. Antes de chegar aos dados, têm-se algumas reflexões sobre as configurações do trabalho no capitalismo, em que a precarização tem se tornado regra nas relações de trabalho, e as condições que provocam a exclusão de pessoas travestis e transexuais da esfera produtiva.

As configurações do trabalho no capitalismo: a precarização nos cenários brasileiro e internacional

A categoria trabalho é considerada por diversos teóricos como um fator fundamental para a compreensão da vida e da reprodução das relações sociais. De acordo com Georgy Lukács, na sua empreitada em caracterizar a ontologia do ser social, o trabalho é elemento fundante da experiência social de homens e mulheres, fornecendo as condições que situam o ambiente onde vivem e a história como aspectos cada vez mais próprios de si, pois ao

possuírem maior capacidade de intervenção, tornam-se menos dependentes da natureza (LESSA, 2011).

Como afirma Marx (2013), através da ação do trabalho o homem transforma não só a natureza, mas a si mesmo. A cada necessidade que surge no seu caminho, ele vai construindo aparatos mais aperfeiçoados e que, ao longo do tempo, vão conformando novas relações sociais. No seio dessa evolução das formações sociais, o trabalho se desloca e adquire diferentes funções e significados.

O advento do trabalho assalariado e “livre” na emergente sociedade capitalista do século XIX modificou completamente a relação dos indivíduos com o trabalho. As relações escravagistas e de servidão das sociedades anteriores ainda preservavam certa autonomia em relação aos instrumentos e a forma de realizar tal atividade. No modo de produção capitalista o trabalhador não tem controle sobre o que produz. Sobre ele recai um processo de exploração e dominação. Marx (2004) observa o caráter contraditório deste processo, pois na mesma proporção que a produção se desenvolve, em termos de modernização dos equipamentos, dos métodos de trabalho e de sua quantidade e qualidade, o trabalhador tende a ficar mais empobrecido, recebendo menor remuneração e lidando com jornadas cada vez mais intensas e duradouras em sua atividade.

As estratégias de exploração da classe trabalhadora foram se tornando cada vez mais sofisticadas ao longo do tempo, pois as transformações sociais, econômicas e políticas exigiam esforços diferenciados para que o capital mantivesse e ampliasse a sua hegemonia.

A gerência científica idealizada por Frederic Taylor, popularmente conhecida como *taylorismo*, um método de organização do trabalho calcado no controle e na otimização do tempo para o aumento da capacidade produtiva, foi a primeira das investidas capitalistas neste sentido. Segundo Braverman (1981), Taylor acreditava que o controle do processo de produção cabia à organização e não ao trabalhador. Dessa forma, até mesmo os movimentos corporais que este último realizava foram modificados.

Nas décadas seguintes ocorre a implantação do *fordismo*. Concebido por Henry Ford, tinha em vista um modelo de produção em massa para consumo em massa. Isto significava, além de mecanismos de facilitação da produção, dar condições para que a classe trabalhadora consumisse. Assim, ele instituiu a jornada de trabalho de oito horas diárias, para que a população buscasse formas de lazer associadas ao consumo em seu tempo livre. Concomitantemente a isso, iniciava-se a proteção social concedida pelo *Welfare State*, caracterizando o fordismo como:

[...] um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, moderna e populista (HARVEY, 1993, p. 121).

A crise deste paradigma que fez vigorar os “anos dourados do capitalismo” de 1930 a 1960 faz entrar em cena a partir dos anos 70 a acumulação flexível, reestruturação produtiva ou *toyotismo*, que diz respeito à flexibilização e descentralização da produção e da distribuição em modo *just in time*, ou seja, priorizava o aqui e o agora, apenas o que era necessário de acordo com as demandas. Compreende também os modos de “organizar os processos de trabalho, nos sistemas político e social de regulação da sociedade, nas normas de consumo, no uso do espaço e do tempo e nos padrões de cultura” (LAPIS, 2011, p. 28).

No tocante à regulação social, a ordem correspondia à diminuição da intervenção do Estado a partir da adoção de políticas neoliberais, fortemente ancoradas em teses de economistas como Friedrich Hayek. Anderson (1995) aponta que foi a partir dos governos de Margareth Thatcher (1979) na Inglaterra e de Ronald Reagan (1980) nos Estados Unidos que o neoliberalismo ganhou forma com medidas como diminuição dos impostos sobre os ricos e aumento para a classe trabalhadora, legislação antissindical, repressão a greves e cortes em gastos sociais.

Tais transformações no mundo do trabalho e nos padrões de proteção social são analisadas por Castel (1998). O autor utiliza a expressão “nova questão social” para caracterizar estes fenômenos, apontando que o aumento do desemprego e da precariedade tem se tornado irreversível e acelerado, corroborando para um processo de desfiliação social e de desestabilização dos estáveis, em que indivíduos que anteriormente possuíam um emprego estável e com direitos garantidos estão em situação crescente de vulnerabilidade, com perdas consideráveis de padrão de vida. Surge uma população de “supranumerários”, pessoas com extrema dificuldade de absorção pelo mercado de trabalho, inúteis para o mundo, invalidadas pela conjuntura.

No Brasil, dadas às particularidades de sua formação sócio histórica, tem-se uma configuração da economia que afeta profundamente a qualidade dos postos de trabalho. Pautando-se pelos estudos de Florestan Fernandes e de Caio Prado Júnior, Behring e Boschetti (2011) afirmam que a colonização brasileira foi funcional à acumulação dos países capitalistas centrais e tal marca ainda é predominante em nossa economia. Esta se organiza de acordo com as determinações do capital internacional, o que é chamado por alguns teóricos, a

exemplo do próprio Florestan Fernandes, de um capitalismo dependente, uma heteronomia: “uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos” (IANNI, 1989 *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Oliveira (2018) acrescenta junto ao colonialismo os três séculos de escravidão e a industrialização tardia como fatores que ocasionaram a dependência da economia brasileira em relação ao capital internacional e contribuíram para a exorbitante desigualdade social e a pauperização nas áreas urbanas. O autor estabelece uma divisão dos momentos históricos que marcaram a regulação do trabalho no país, caracterizada pela desestruturação, flexibilidade, altos índices de informalidade e baixa proteção social, aprofundadas a partir das reformas de Estado ocorridas na década de 1990 nos governos neoliberais de Collor, Itamar Franco e FHC.

Leite (2011) afirma que nos anos 2000, com um governo mais voltado aos interesses da classe trabalhadora liderado por Lula, houve uma tendência de reversão desta desestruturação do mercado de trabalho, embora tenha ocorrido neste período a convivência dos melhores índices de emprego registrado e maior poder aquisitivo da população com a precarização do trabalho, um “duplo processo” de aparência contraditória. Focalizam-se os números da precarização no Brasil entre os anos de 1998 e 2007 a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que apesar de apontarem melhoria em indicadores como renda média, salário-hora, formalização do trabalho, grau de informalidade e tempo médio dispendido para a procura por trabalho, indicaram um aumento dos assalariados terceirizados.

Com o esgotamento do lulismo e a efetivação do golpe de Estado de 2016, novas reformas neoliberais foram adotadas, desta vez pelo governo Temer, condensadas numa série de medidas denominadas “Ponte para o Futuro” que incluíram a PEC 95, que limita os gastos públicos pelo período de 20 anos e a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017). Responsável por legalizar modalidades de contratação atípicas, como o trabalho intermitente, a pejotização e a uberização, este instrumento torna mais fácil a ocorrência de relações de trabalho precarizadas e dá maior prevalência ao negociado sobre o legislado, criando a falsa impressão de autonomia aos trabalhadores nas negociações com os empregadores, enfraquecendo também o papel dos sindicatos. Analisando os efeitos deletérios que as alterações provocadas pela reforma podem gerar sobre o mercado de trabalho e a economia brasileira, Krein e Gimenez (2018) vão além e falam numa possível desestruturação do padrão de organização da sociedade brasileira.

Para populações em situação de vulnerabilidade social, a exemplo de travestis e transexuais, que possuem imensa dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, muitas vezes tendo que garantir seus sustentos em atividades como a prostituição, o aumento da precarização proporcionado pela reforma trabalhista, pela recém-aprovada reforma da previdência e demais medidas do governo Bolsonaro, tornam ainda mais difícil suas condições de vida.

Da exclusão às oportunidades invisíveis: os dilemas das vivências de travestis e transexuais com o trabalho formal

Se a inserção no mercado de trabalho formal para as mulheres cisgêneras ocorre em meio a processos que promovem desigualdades de oportunidades em relação aos homens cisgêneros, como por exemplo, as diferenças entre salários para as mesmas funções, as experiências de travestis e mulheres e homens transexuais em relação ao trabalho revelam na maioria das vezes trajetórias repletas de obstáculos que se materializam na discriminação e na exclusão destas pessoas do espaço formal de trabalho.

A empresa capitalista é uma das instituições cuja inteligibilidade não abarca indivíduos que não se enquadram nos padrões hegemônicos de raça, gênero e condição física. Embora hajam atualmente diversas iniciativas voltadas para a integração de pessoas negras, LGBTQs e deficientes físicas aos quadros funcionais das empresas e/ou no desenvolvimento de produtos direcionados a estes públicos, denominadas pela literatura do campo da Administração de “gestão da diversidade” (FLEURY, 2000), compreende-se que são ações insuficientes diante de uma problemática de exclusão macroestrutural.

A forte ocorrência da homofobia institucional² atesta este fato que, de acordo com definição da extinta Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tratam-se de “formas pelas quais instituições discriminam pessoas em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero presumida” (BRASIL, 2011). Em pesquisa realizada no Centro de Referência de Enfrentamento a LGBTQfobia no Estado da Paraíba – Espaço LGBTQ, verificou-se mais de 30 casos de homofobia institucional ocorridos na cidade de João Pessoa entre 2011 e 2013 (COSTA, 2014). Segundo os relatórios da organização não governamental Transgender Europe, 167 transexuais foram assassinados no Brasil entre 1 de outubro de 2017 e 30 de setembro de 2018, números que posicionam o país como o que mais mata esta

² Optou-se por adotar neste texto a expressão homofobia institucional por ser o termo que aparece no documento no referido órgão que fazia parte da administração federal. Compreendo que LGBTQfobia institucional talvez seja uma denominação mais interessante por abarcar também as pessoas bissexuais, travestis e transexuais.

população em todo o mundo (QUEIROGA, 2018). Não é a toa que a expectativa de vida de uma pessoa transexual no Brasil é de apenas 35 anos, conforme informações da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

Os debates sobre a questão das identidades de gênero tidas como desviantes são muito acalorados, ainda mais em países conservadores como o Brasil, contexto que os tornam ainda mais fundamentais na luta por iniciativas estatais que corroborem para a diminuição da violência e a garantia de vidas dignas para travestis, transexuais, intersexuais, etc.

Uma das autoras que contribui consideravelmente para o debate acadêmico acerca da desconstrução de uma identidade fixa de gênero é Judith Butler. Sua obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, lançada em 1990 nos Estados Unidos, teve não apenas repercussões teóricas, mas também políticas, pois se propôs a questionar o sujeito para o qual a luta feminista estava dirigida. O binômio sexo/gênero que considera o sexo como algo natural e o gênero como caractere culturalmente construído pode ser compreendido como a base que alicerçou a teoria feminista, constituindo-se como ponto de partida para a crítica da autora (BUTLER, 2019). Embasada por Foucault³ e sua genealogia, que investigava as maneiras como a construção de saberes e a ação de instituições conformavam poderes que não eram baseados na dominação e na repressão, mas absorvidos pelos indivíduos, a autora investiga como a heterossexualidade compulsória e o falocentrismo produzem poderes e discursos que definem as formas hegemônicas e, portanto, legítimas de vivenciar o gênero e a sexualidade.

De maneira provocativa, ela questiona a própria noção de sujeito, que não pode mais ser considerado como uma entidade estável e permanente, como na incessante afirmação do feminismo na defesa dos direitos da “categoria mulher”. No lugar da definição de um sujeito específico, que incide em enquadramentos que excluem outros sujeitos, por que não pensar numa construção variável da identidade? Desta feita, a autora problematiza a construção das identidades de gênero de travestis, transexuais e intersexuais, que para ela deveriam ser incluídos pela luta feminista (BUTLER, 2019).

As inscrições corporais das pessoas travestis e transexuais são parte fundamental na construção de suas identidades de gênero. Trata-se de corpos reinventados, na expressão cunhada por Bento (2008) para proporcionar atributos físicos que se aproximem das

³ Foucault (2014) afirma que a sexualidade é um dispositivo histórico que foi alvo de constante disciplinamento e controle, sobretudo pelas políticas de Estado. Tais políticas são observadas mediante o conceito de biopoder, que de uma forma simples, pode ser entendido como estratégias empreendidas pelos governos para disciplinarem os corpos dos indivíduos.

performances masculinas ou femininas com que se identificam, apresentadas pelos seus gestos, indumentárias e formas de perceber e interpretar a realidade social.

É nesta direção que é pensado o conceito de passabilidade, que conforme Pontes e Silva (2018, p. 403): “[...] expõe o desenvolvimento de contornos e traços corporais que, no limite, garantem a possibilidade de uma pessoa ser reconhecida como cisgênera”. Em diálogo com Paul Beatriz Preciado, as pesquisadoras refletem sobre a possibilidade da agência na construção do gênero e da sexualidade, ou seja, as formas pelas quais os indivíduos podem se utilizar de tecnologias de diversos tipos, a exemplo da utilização de fármacos e da realização de cirurgias, que podem ser definidas pelo conceito de “tecnogênero” (PRECIADO, 2008 *apud* PONTES e SILVA, 2018).

Ao trazerem relatos de um conjunto de interlocutores formado por mulheres e homens trans, elas evidenciam uma série de relações que se formam mediante a utilização destas tecnologias, como as hierarquias entre quem tem o corpo mais passável ou não, assim como o reforço à cisnormatividade como norma hegemônica de gênero/sexualidade, visto que a busca pela passabilidade tem como objetivo “passar por cis”. Também revelam a maior facilidade dos homens trans neste sentido, pois a utilização de hormônios como a testosterona seria mais marcante que o estrogênio, propiciando o desenvolvimento de características físicas essenciais para a adequação à inteligibilidade normativa de gênero. Um dos entrevistados afirmou:

[...] quem já teve uma alta dose de testosterona no corpo não vai conseguir reverter a maior parte das mudanças, então a maioria dos homens trans que se hormonizam há muito tempo, você vê na rua, é homem, então você consegue se perder no meio da multidão, uma coisa que não costuma acontecer com travestis e mulheres trans. Não sem várias cirurgias que algumas fazem, de modificação facial, de mudar as cordas vocais, são coisas que homens trans geralmente não precisam fazer para se perder (PONTES e SILVA, 2018, p. 406).

As pesquisas sobre as experiências de mulheres transexuais e travestis com o trabalho tem revelado que a menor passabilidade que possuem tem dificultado suas inserções, principalmente no mercado de trabalho formal (FERREIRA, 2017; PIZZI, PEREIRA e RODRIGUES, 2017; SOUZA, 2012). É importante salientar que a baixa escolaridade, resultado muitas vezes do abandono da escola na infância ou na adolescência devido a recorrentes situações discriminatórias, também corrobora para este processo. De acordo com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a evasão escolar de travestis e transexuais é de 73% (SOUZA e BERNARDO, 2014).

Tais fatos têm obrigado grande parte desta população a buscar o sustento na prostituição, muitas vezes nas ruas durante a noite, colocando-as diante de riscos e violências de diversos tipos. Além da prostituição, as pesquisas apontam que atividades que exigem menor qualificação ligadas à moda e à beleza e ao *telemarketing* são as áreas que mais têm contratado travestis e mulheres transexuais, sejam sob vínculos formais ou informais. Sousa (2012) ao analisar as experiências laborais destas mulheres na cidade de Campinas/SP, identificou que entre estas atividades, são os serviços relacionados à beleza que proporcionam maior satisfação para elas, o que pode ser observado em relatos como: “é um luxo usar minhas mãos para ver minhas clientes ficarem lindas” (SOUZA, 2012, p. 91).

Pizzi, Pereira e Rodrigues (2017, p. 84) em pesquisa realizada no município de Pelotas/RS, observam que mesmo sendo consideradas clichês dentro da comunidade LGBT, funções como cabeleireira são bem valorizadas entre as mulheres travestis e transexuais que as exercem: “ser cabeleireira é trabalhar com arte, tu é uma artista, a tela é o meu cliente”.

Já a área de *telemarketing* constitui-se como uma oportunidade invisível, pois estes trabalhadores não estabelecem contato face a face com os clientes, realizam suas atividades a partir de interação telefônica, que permite que suas condições de travesti, mulher ou homem transexual não sejam percebidas. Desta forma, para as empresas, estas contratações não “prejudicam” suas imagens perante públicos mais conservadores, além de contarem com profissionais engajados e gratos pela oportunidade recebida entre mil portas que se fecharam em suas experiências com o trabalho. Esta é uma das conclusões do estudo de Souza (2012) que verificou entre relatos de mulheres transexuais trabalhadoras da área a convivência entre sensações como cansaço e falta de empolgação com a função e a profunda gratidão e vontade de continuarem submetidas às rotinas laborais.

O trabalho dos atendentes de *telemarketing* é caracterizado pela reificação dos indivíduos a simples engrenagens de um atendimento telefônico. Braga (2009) utiliza o termo *infotaylorismo* para denominar esta atividade rigidamente controlada e rotinizada, em que os trabalhadores precisam seguir um *script* que visa reduzir o tempo de conexão e aumentar o número de atendimentos aos clientes. A maioria das pessoas que trabalham nesta área realizam suas atividades por seis horas seguidas com pouquíssimos minutos para se alimentarem, irem ao banheiro e descansarem. Trata-se, portanto, de relações de trabalho precarizadas e que ocasionam adoecimento dos trabalhadores (DUTRA, 2014).

Mas como solucionar o problema da exclusão e da predominância da ocupação da população de travestis e transexuais em trabalhos precários? Alguns autores têm apontado a

importância das políticas públicas neste sentido. Santana (2017) ao estudar a experiência de mulheres transexuais usuárias do Transcidadania em São Paulo, constatou que ao proporcionar oportunidades no mercado de trabalho formal, o programa contribuía para a organização da vida destas pessoas, ajudando a construir uma sociabilidade diurna e participarem ativamente da esfera pública como cidadãs que podem ter escolhas, planejamentos, aspirações e dignidade.

Concorda-se em certo grau com a autora, pois determinadas políticas públicas também podem gerar problemas, reproduzindo desigualdades para além das que almejavam combater. Sendo assim, acredita-se que a solução, a longo prazo, para a complexa problemática da inserção de pessoas travestis e transexuais no mundo do trabalho passa não só pela implementação de políticas públicas de trabalho e renda, mas sobretudo pela elaboração de uma legislação que efetivamente garanta o direito à dignidade independente de raça, credo ou orientação sexual previsto na constituição federal, assim como a integração de ações voltadas à discussão das questões de gênero no âmbito da educação. Este olhar crítico para tais políticas públicas está presente nesta pesquisa, visando analisar a real eficácia do Programa Transcidadania da cidade de João Pessoa, cuja caracterização inicial está a seguir.

Breve caracterização do Programa Transcidadania da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP/PB)

O Programa Transcidadania na cidade de João Pessoa iniciou suas atividades no ano de 2015, inspirado nos moldes da política pública pioneira da cidade de São Paulo, criada na gestão do prefeito Fernando Haddad (2012-2016). Ativista reconhecido do movimento LGBT paraibano, o atual gestor é psicólogo, tem 52 anos e larga experiência em gestão de políticas públicas, como órgãos que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Está vinculado a coordenação da Coordenadoria LGBT e da Igualdade Racial e ao Centro de Cidadania LGBT, órgão em que o Transcidadania está situado, há quatro anos.

Participou de toda a sua implementação, partindo dele a ideia de adaptar a iniciativa paulistana à realidade de João Pessoa. Em 2015 participou de um evento destinado à população transexual na Universidade de São Paulo. Nesta oportunidade dialogou com Alessandro Belchior, gestor do Transcidadania paulistano, conhecendo assim as demandas, as atividades e as dificuldades enfrentadas pela política precursora. Ao retornar a Paraíba, repassou as informações que recebeu para a equipe da prefeitura municipal e um mês depois,

promoveu a ida de Alessandro a João Pessoa. Em um evento que reuniu mais de cem pessoas transexuais e gestores de diversos órgãos vinculados à prefeitura, compartilhou junto ao gestor paulistano as experiências do programa em São Paulo e mencionou suas propostas para a implementação em João Pessoa.

O programa na cidade de João Pessoa trabalha com ações direcionadas a empregabilidade e renda, buscando sensibilizar as organizações locais para a importância de acolher o público de travestis e transexuais em seus quadros funcionais, realizando visitas e palestras nas dependências das instituições. No total, cinco empresas já realizaram contratos. Ao longo dos cinco anos de atividade, 35 pessoas chegaram a ter empregos com carteira assinada. As organizações da área de *telemarketing* foram as primeiras a possibilitar que este público participasse de seus processos seletivos, algumas até contam com cotas específicas para contratá-los, fato facilitado pela existência de gestores de recursos humanos gays e lésbicas. Recentemente, empresas da área de varejo e de serviços também contrataram travestis e transexuais, iniciando a modificar uma realidade de que só as centrais de teleatendimento teriam interesse nessa oferta de mão de obra por tratar-se de uma atividade invisível, como mencionado anteriormente, em que estes funcionários não entram em contato visual e físico com os consumidores.

As capacitações nas empresas são realizadas pelos funcionários transexuais do programa, uma mulher e um homem trans, buscando estabelecer o processo de sensibilização e conscientização a partir de suas próprias experiências. Conforme o gestor:

Ela (a empresa) só pode contratar depois que os funcionários passarem por essa formação, que busca mudar a cultura da organização. Primeiro preciso mudar a cultura da organização para que essa cultura da transexualidade seja aceita, para depois contratar. Porque enquanto não mudar a cultura da organização, se eu contratar, as pessoas vão passar lá uma semana, vão sofrer transfobia e vão embora. Então, faz o caminho inverso, primeiro eu capacito, faço as oficinas, mudo a questão do nome social, mudo crachá, falo do banheiro (constrangimentos pelos quais pessoas travestis e transexuais passam tendo que usar banheiros do gênero do qual não se identificam), das leis para as pessoas trans. Aí depois de fazer esse movimento, aí eu insiro as pessoas trans.

Também são oferecidos serviços como a retificação do nome/prenome de registro, cadastro em programas de distribuição de renda da prefeitura municipal, encaminhamento a casas de acolhida e a políticas de habitação, etc. As atividades são desenvolvidas por doze funcionários que não são exclusivos do Programa, fazem parte do Centro de Cidadania LGBT. Trata-se de uma equipe multidisciplinar que conta com advogado, assistente social, psicólogo, pedagoga, equipe administrativa e operacional.

Em relação à população usuária, a quantidade é de 318 pessoas, das quais 70% são mulheres travestis e transexuais e 30% são homens transexuais. A maioria das mulheres travestis e transexuais estiveram na prostituição, 50% não concluiu o ensino fundamental e apenas 2% a 3% possuem escolaridade de nível superior. Entre os homens verifica-se um maior nível de escolaridade, dos quais 70% já concluíram o ensino médio e 30% o ensino superior. A média da renda antes de ingressar no programa é maior para os homens, transitando entre 700 e 1.000 reais por mês. Já a renda das mulheres, fica entre 500 a 1.000 por mês, com exceção das que realizam serviços de acompanhante com divulgação a partir da internet, faturando 2.000 a 3.000 reais por mês. No que diz respeito à raça dos usuários, a maioria é negra.

Considerações finais

Como se trata de uma pesquisa em fase inicial, este trabalho não propôs estabelecer conjecturas conclusivas a respeito da problemática que se debruça: os impactos das atividades de uma política pública de emprego e renda na empregabilidade de travestis e transexuais.

Buscou realizar um breve debate acerca da intensificação da precariedade do trabalho provocada pelas incessantes estratégias que o capitalismo empreende para aumentar as suas taxas de lucro, bem como situar como a problemática da precarização é agravada quando os sujeitos que a vivenciam tem identidades de gênero que não se enquadram na inteligibilidade da empresa capitalista que opera na lógica social da heteronormatividade.

Por fim, apresentou-se os dados obtidos com as primeiras idas ao Programa Transcidadania referentes às atividades, objetivos, quadro funcional e da população usuária, da qual se destaca a maior renda média para os homens em relação às mulheres e a predominância da população negra, dados que reforçam desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. *In:* ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 59-88.

BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

COSTA, Felipe Franklin Anacleto da. **O papel do profissional de relações públicas na gestão do relacionamento com o público LGBT nas organizações**. 80 f. Monografia (Graduação em Relações Públicas). Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

DUTRA, Renata Queiroz. **Do outro lado da linha: poder judiciário, regulação e adoecimento dos trabalhadores de Call Centers**. São Paulo: LTR, 2014.

FERREIRA, Tatiana de Souza. **Os processos de entrada e permanência de travestis e mulheres transexuais no mercado de trabalho**. 42 f. Monografia (Graduação em Terapia Ocupacional). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. *In:* **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOMES, Bianca; FAHEINA, Caio; KER, João. **No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans**. Disponível em: <<https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci. Apresentação. *In:* KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis dos (orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018. p. 15-24.

LAPIS, Naira Lima. Acumulação flexível. *In:* CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 27-32.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. *In:* OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora UFPB, 2011. p. 29-63.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Brazilian Labour Reform in Historical Perspective. *In: Global Labour Journal*, v.9, n. 3, p. 319-338, 2018.

PIZZI, Rodolfo Correa; PEREIRA, Camila Zacher; RODRIGUES, Marcio Silva. Portas entreabertas: o mercado de trabalho sob a perspectiva de travestis e mulheres transexuais. *In: Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 4, n.1, p. 320-352, 2017.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *In: Periódicus*, Salvador, n. 8, v. 1, p. 396-417, 2018.

QUEIROGA, Louise. **Brasil segue no primeiro lugar do ranking de assassinatos de travestis e transexuais**. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-segue-no-primeiro-lugar-do-ranking-de-assassinatos-de-transexuais-23234780>>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTANA, Chinaira Raiazac Faria. **Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo: o Programa Transcidadania**. 186 p. Dissertação. (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social). Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. 127 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2012.

_____; BERNARDO, Marcia Hespagnol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. *In: Bagoas*, Natal, n. 11, p. 157-175, 2014.